

Arquivar a Própria Vida

Philippe Artières

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os antetextos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas “Minhas lembranças de infância”.

Esse lugar, podemos apenas imaginá-lo, pois se, como observava G. Perec, “existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. [Se] Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional

Nota: Desejo agradecer às organizadoras dos seminários do Rio de Janeiro e de São Paulo por sua excepcional acolhida, bem como à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e à Universidade de São Paulo (IEB), que me deram a grande honra deste convite para vir ao Brasil.
A tradução deste texto é de Dora Rocha.

sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia”,¹ não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios.

Por quê? Primeiro, porque a perda é induzida por certas práticas (a correspondência, por exemplo, é por natureza uma escrita perdida). Depois, porque dessa vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos (um diário íntimo, por exemplo, é por definição uma seleção e não é jamais exaustivo). Enfim, porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias.

Como observa mais uma vez Péric, “o problema das classificações é que elas não duram; mal acabo de impor uma ordem e essa ordem já está caduca. [...] O resultado de tudo isso são categorias realmente estranhas: por exemplo, uma pasta cheia de papéis diversos na qual está escrito ‘A classificar’; ou então uma gaveta com a etiqueta ‘Urgente 1’ sem coisa alguma dentro (na gaveta ‘Urgente 2’ há fotos antigas, na ‘Urgente 3’, cadernos novos). Resumindo”, conclui Péric, “eu me arrumo como posso.”² Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros.

Analisar esse “arrumar-se” é “interrogar o que parece ter deixado para sempre de nos espantar. Nós vivemos, decerto, respiramos, decerto; andamos, abrimos portas, descemos escadas, nos sentamos à mesa para comer, nos deitamos na cama para dormir. Como? Onde? Por quê?”³ Refletir sobre esse “arrumar-se” é em suma falar de uma coisa comum, perseguir esse infra-ordinário, desentocá-lo, dar-lhe sentido e talvez entender um pouco melhor quem somos nós.

Mas é também, segundo Michel de Certeau, analisar uma arte de fazer. Ou seja, “dentre os procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) que brincam com os mecanismos da disciplina e se conformam a eles apenas para superá-los, quais ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados?’), dos procedimentos mudos que organizam a ordenação sociopolítica.”⁴

Estudar a constituição pessoal de arquivos de vida é nesse sentido “exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e manipuladora dos grupos ou dos indivíduos presos doravante nas malhas da vigilância. A rede de uma antidisiplina”.

Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no

branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. *O anormal é o sem-papéis*. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.

Num diário íntimo, registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão.

Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário.

Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas.

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu.

Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

Proponho-lhes portanto explorar esses três aspectos dos arquivos do eu: a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica. Num primeiro momento, sublinharei a função e o valor social dos arquivos de vida; num segundo momento, analisarei, utilizando um caso específico, as maneiras de arquivar a vida; finalmente, tentarei apontar os meandros íntimos de uma tal prática.

“Arquivarás tua vida”

É inegável que desde o fim do século XVIII assistimos nas nossas sociedades a uma formidável valorização da escrita pessoal; ilustrarei essa valorização por meio de três exemplos.

De um lado, convém lembrar que a partir do século XIX se desenvolve em torno dos escritos autográficos um verdadeiro comércio. O texto autógrafo torna-se um objeto de coleção. M. de Lescure dedica em 1865 um ensaio a essa paixão, que ele caracteriza nos seguintes termos: “Cobiçam-se, procuram-se, adquirem-se a peso de ouro ou a custa de esperteza algumas folhas de papel cujo branco um personagem qualquer cobriu de preto, sobre o qual ele expôs, com uma tinta mais ou menos bela, com caracteres mais ou menos finos, suas idéias, suas opiniões, seus sentimentos, suas paixões, suas afeições, suas ambições, suas cóleras.”⁵ Esse gosto pelos velhos papéis acarreta progressivamente o desenvolvimento de um verdadeiro mercado no qual se trocam ou se vendem esses fragmentos de escrita.⁶

De outro lado, essa valorização coincide igualmente com a mudança profunda do estatuto dos manuscritos dos escritores. Victor Hugo foi o primeiro, no início dos anos 1880, a entregar à Biblioteca Nacional os seus manuscritos. A partir dessa data, a questão dos arquivos está colocada, e cada escritor define o destino dos seus papéis. Alguns, como Sartre, não lhes dão nenhum valor literário (“considero que são uma forma intermediária e entendo muito bem que desapareçam, uma vez produzido o objeto impresso”) mas não ignoram seu valor financeiro; outros, como Aragon, consideram que os manuscritos são parte integrante da obra e os põem à disposição dos pesquisadores.⁷

Enfim, é preciso também sublinhar que a partir do fim do século passado assistimos a uma valorização dos escritos pessoais pela medicina. Os médicos se põem a colecionar os escritos dos seus doentes, publicam certos manuscritos (fragmentos de cartas, poemas etc.) e desenvolvem em torno dessas coleções uma verdadeira ciência da escrita ordinária.⁸

Além disso, nas nossas sociedades ocidentais, desde o fim do século XVIII estabeleceu-se progressivamente um formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias.

Michel de Certeau sublinhou que a prática escriturária assumiu um valor mítico nos últimos quatro séculos. “O progresso é de tipo escriturário”, escreve de Certeau. “De modos muito diversos, definimos assim pela oralidade aquilo de que uma prática ‘legítima’ – científica, política, escolar etc. – deve se distinguir. É ‘oral’ aquilo que não trabalha para o progresso. [...] Da mesma forma

poderíamos ler nos frontões da modernidade inscrições como: 'Aqui, trabalhar é escrever' ou 'Aqui só se entende aquilo que se escreve'. Esta é a lei interna daquilo que se constituiu como 'ocidental'", conclui de Certeau.⁹

Esse lugar crescente da escrita na vida de todo dia tem como consequência uma gestão diferente dos nossos papéis. Assim, é imperativo na nossa sociedade manter arquivos domésticos, para retomar a terminologia de Daniel Fabre e dos antropólogos da escrita ordinária.¹⁰

Para termos direitos sociais, um seguro social, é preciso apresentarmos arquivos: uma conta de luz, de telefone, um comprovante de identidade bancária. Sem esses documentos, somos imediatamente excluídos. O drama de muitos daqueles que hoje chamamos na França de SDF, ou seja, *sans domicile fixe*, também tem a ver com o fato de que eles foram maus arquivistas das suas vidas. Eles não guardaram os seus papéis, jogaram-nos fora por descuido ou, mais frequentemente, porque não conheciam o seu valor.

Além disso, o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar apto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae*. O que é um *curriculum* senão o inventário dos nossos arquivos domésticos? A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço e telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. Um *curriculum* é uma autobiografia resumida, um sumário: só traz o essencial. Num *curriculum* a lacuna é banida, é sinônimo de um vazio, de um período sem escrita. Devemos portanto manter os nossos arquivos com cuidado; não apenas não perder os nossos papéis, mas também provar que eles estão bem classificados. Eles devem revelar uma coerência condizente com a norma.

Essa injunção social abrange o conjunto da vida de todo dia. Tomemos o caso da saúde. Recentemente, na França, foi decidido que todo segurado social devia, toda vez que consultasse um médico, apresentar uma caderneta de saúde na qual seria anotado o motivo da visita e a prescrição. Num primeiro momento, pensou-se em punir a não apresentação da caderneta cancelando o reembolso. Esse exemplo é bastante sintomático do papel dos arquivos nos processos de integração e de exclusão social. Para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é punida. Essa, aliás, é uma das principais dificuldades do tratamento das pessoas hoje infectadas com o vírus da Aids na França. A ausência de arquivos ao mesmo tempo médicos e domésticos impede as pessoas de terem acesso ao tratamento e de serem corretamente acompanhadas daí em diante. Mas além da saúde, é o conjunto da vida diária que devemos arquivar: as cartas que recebemos, que enviamos, os contratos que assinamos, os documentos que comprovam um

acontecimento pessoal. Tudo passa pelo escrito: a utilização do tempo passado e do tempo que ainda está por vir, o domicílio, o parentesco, a descendência. É preciso portanto classificar esses papéis, organizá-los em dossiês nos quais será mencionado o seu grau de importância, a sua origem, a sua função, a sua data de produção.

Mas essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano.¹¹

Vejamus nesse sentido a prática do álbum de fotos de família, que Anne-Marie Garat estudou de maneira admirável.¹² Em toda família, existe com efeito o hábito de dedicar regularmente longas tardes a reunir e a organizar as fotos relacionadas com a vida de cada um dos seus membros. Um casamento, um nascimento, uma viagem são objeto de uma ou de várias páginas. Não colamos qualquer foto nos nossos álbuns. Escolhemos as mais bonitas ou aquelas que julgamos mais significativas; jogamos fora aquelas em que alguém está fazendo careta, ou em que aparece uma figura anônima. E depois as ordenamos esforçando-nos para reconstituir uma narrativa. Quando a foto é muito enigmática, acrescentamos um comentário. Quando uma visita chega, começa a cerimônia das fotos, fazem-se observações, viram-se algumas páginas rapidamente. Acontece também, com o tempo, de algumas fotos serem retiradas, porque são comprometedoras, porque não são condizentes com a imagem que queremos dar de nós mesmos e da nossa família. Pois o álbum de retratos constitui a memória oficial da família; só raramente os amigos tem um lugar nele. O essencial é que em alguns minutos, uma hora no máximo, possamos justificar o tempo passado e a sua coerência. Sob esse ponto de vista, as páginas dedicadas às viagens são muito significativas. Exibimos provas mostrando, por exemplo, a família *au grand complet* diante de um monumento. No álbum, fazemos figurarem também os nossos antepassados; aí também trata-se de comprovar que pertencemos a uma linhagem, que temos raízes. Quando um antepassado é embaraçoso, ou porque ficou louco, ou porque teve uma atitude pouco apropriada, suprimimos sua presença: pintamos sua cara de preto ou retiramos sua foto. Se as ausências nos álbuns são toleradas, não manter arquivos fotográficos da família, em compensação, constitui uma falta. É um dever produzir lembranças; não fazê-lo é reconhecer um fracasso, é confessar a existência de segredos. O álbum é uma garantia de transparência, um passaporte de sinceridade e uma prova de ajustamento.

Em geral o mesmo se aplica a cada indivíduo em particular. A moda atual dos álbuns de bebê é uma ilustração disso. Os pais registram aí, nos locais

indicados, as datas dos primeiros dentes, dos primeiros passos, as primeiras palavras do pimpolho. Também colam fotos, dos avós, do batizado etc. Em suma, mal nascemos, somos postos por escrito. Aí também a função é a mesma, inscrever o recém-nascido numa normalidade, garantir-lhe uma identidade.¹³

Quando entramos para escola primária, a professora nos convida a mantermos nós mesmos os nossos arquivos. Na segunda-feira de manhã, a redação trata do fim de semana que passou. Devemos dizer o que fizemos, o que vimos. Na quinta-feira a coisa recomeça, e devemos escrever aos alunos de uma outra escola, declinar nossa identidade, dizer do que gostamos, o que detestamos, fazer o nosso auto-retrato, passar na frente do espelho.

Na adolescência, sobretudo no caso das meninas, muitas vezes recebemos de presente de aniversário um lindo diário com o seu cadeado. O adolescente é encorajado a escrever diariamente sobre o seu dia, a analisar o seu comportamento cotidiano e a registrar os seus erros. Em 1847, a condessa de Basanville assim escreveu em seu livro *Du perfectionnement de l'éducation des jeunes filles*: “Estudai vosso caráter, como se fizésseis vosso exame de consciência para vos apresentardes ao tribunal da penitência; examinai vossas inclinações, vossos gostos e vossos pensamentos [...] Para fazê-lo mais facilmente, existe um hábito muito bom de ser adquirido: é o de todas as noites, antes de vos deitardes, escreverdes o diário dos vossos pensamentos e das vossas ações durante o dia que passou; vereis então se caís com freqüência nos mesmos erros, corrigir-vos-eis deles, para não terdes vergonha de vós. Dedicai portanto uma atenção severa a vos observar, e em pouco tempo vossos defeitos desaparecerão.”¹⁴

Enfim, atingida a maioridade, no momento de deixar o teto familiar, ou pior, no momento de nos casarmos, é retirada do fundo de um armário uma grande caixa de papelão onde foram conscienciosamente arquivadas todas as nossas cartas, nossos poemas e nossas canções, nossos desenhos e outras obras circunstanciais, nossos diários íntimos. Recebemos a recomendação de conservá-los com cuidado, pois eles irão divertir os nossos filhos. Vamos embora, então, com o nosso passado debaixo do braço. E, por nosso turno, guardamos com cuidado os vestígios da entrada no mundo dos nossos filhos, enchemos uma caixa de papelão com os papéis deles.

Mais tarde, por ocasião da morte do nosso último avô, recebemos como lembrança do morto uma pilha de cadernetas. Somos informados de que aquilo tem valor, que era o seu diário, e que é um pouco a nossa história. Prometemos não jogá-lo fora, guardá-lo cuidadosamente. Guardamos aquela herança esquisita na nossa biblioteca como outros o fizeram antes, e é somente na hora de uma mudança, muitos anos depois, que redescobrimos aqueles documentos. Muitas vezes a tentação de jogá-los fora é grande, mas muitas vezes acontece de um primo nos procurar porque decidiu dedicar o tempo livre à genealogia da família.

Aqueles documentos lhe interessam, nós lhe damos a papelada, e ele se põe a passar para o computador o conteúdo daqueles velhos cadernos. Terminado o trabalho, ele divulga o fruto das suas pesquisas entre todos os membros da família. Aí, também, a idéia é perpetuar uma identidade, à maneira dos memorialistas.

Tudo isso mostra o valor cultural dos arquivos de vida nas nossas sociedades. Mas acontece também de o indivíduo ser solicitado, e às vezes submetido a pressões não mais apenas familiares, para arquivar a própria vida. Nesse caso, manter arquivos da própria vida seria considerado uma contribuição ao conhecimento do gênero humano. Edmond de Goncourt, em 1881, lança um apelo nesse sentido: “Dirijo-me às minhas leitoras de toda parte para solicitar-lhes que, naquelas horas vazias de ociosidade, em que o passado lhes volta à mente, na tristeza ou na felicidade, ponham no papel um pouco do seu pensamento enquanto recordam e, feito isto, o enviem anonimamente ao endereço do meu editor.” Da mesma forma, alguns pesquisadores das ciências sociais não hesitaram neste último século, como veremos, a pedir a alguns indivíduos que arquivassem suas vidas.

Foi a Escola de Chicago que contribuiu largamente para o desenvolvimento dessa prática. A partir de 1915, por iniciativa de William Thomas e de Robert Park, a autobiografia esteve de fato no centro do ensino e dos trabalhos do departamento de sociologia da Universidade de Chicago. Como lembra Jean Peneff,¹⁵ Park, considerando que antes de mais nada seus alunos deviam estabelecer uma certa distância com relação ao seu próprio caso, convidava-os logo de saída a redigir uma autobiografia ou uma história da própria família. Mas sobretudo, foi por ocasião das pesquisas sobre o mundo dos gângsteres, dos ladrões e das prostitutas que os sociólogos de Chicago generalizaram o uso da “confissão científica”. O célebre trabalho de Cl. Shaw é, sob esse ponto de vista, exemplar.¹⁶

No período entre-guerras, foi criado em Chicago o primeiro tribunal para menores. Assistentes judiciários deviam acompanhar os que eram postos em liberdade condicional durante alguns anos. Cl. Shaw era um desses assistentes e foi encarregado do caso de um jovem ladrão chamado Stanley. Shaw acompanhou-o durante sete anos e lhe pediu para escrever a sua vida, narrativa essa que publicou em 1930 sob o título *The Jack Roller*.¹⁷ “O trabalho de Shaw”, explica Peneff, “inicialmente consistiu em ‘seguir’ Stanley durante sete anos, ao longo dos quais este redigiu várias versões sucessivas.” Durante muito tempo reticente, depois encarando a redação da sua autobiografia como um meio de redução da pena, Stanley deixou-se finalmente envolver após a primeira versão, e passadas as negociações preliminares, os dois homens tornaram-se amigos e continuaram a se freqüentar. Shaw atuava fazendo perguntas e pedindo explicações a Stanley sobre um ou outro ponto obscuro ou sobre as contradições que seu relato

apresentava em relação aos de pessoas que o tinham conhecido. Ao induzir o autobiógrafo a descobrir as causas do seu comportamento, o sociólogo o convidava a uma verdadeira pesquisa sobre si mesmo, pesquisa essa que transformou progressivamente o delinqüente Stanley num excelente informante que adotava um ponto de vista sociológico sobre a sua própria história.¹⁸ Definitivamente, com esse método, Shaw conseguiu fazer de um informante sobre uma profissão o quase-sociólogo desta, e a narrativa de Stanley tal como foi publicada estava a meio caminho entre a autobiografia e a biografia e propunha vários níveis de leitura: sociológica, pitoresca, psicopatológica e literária.

Menos próxima do caso de Stanley, mas constituindo uma variante coletiva de “confissão científica”, é a experiência que foi realizada de 1937 até os anos 50 na Inglaterra. Durante esses quase 20 anos, centenas de pessoas comuns participaram do trabalho de um órgão de pesquisa social chamado Mass Observation. Essa entidade convidou as pessoas a manterem arquivos da sua vida diária, que elas podiam enviar periodicamente ao escritório do Mass Observation. Todo mês, elas recebiam um questionário ou diretivas de tipo “aberto” que as encorajavam a escrever livremente sobre as suas experiências e as suas opiniões relativas a uma ampla gama de assuntos.¹⁹ Em 1981, foi lançado um novo projeto, no qual participam cerca de mil pessoas. “Pedimos inicialmente aos correspondentes que façam um ‘auto-retrato’ como pano de fundo. Afora um pequeno número de detalhes básicos, deixamos todos livres para decidir o que querem nos dizer sobre si próprios. Atribuímos-lhes então um número, que eles devem usar nas suas contribuições ulteriores de maneira a poderem escrever com a segurança de que permanecerão anônimos [...] Três ou quatro vezes por ano, enviamos-lhes uma ‘diretiva’ sobre um assunto com uma série de sugestões para incitá-los a escrever longamente. Os assuntos podem ser muito pessoais (as relações íntimas, as roupas, a casa...) ou mais públicos (as eleições, os problemas de classes e de raças etc.) [...] Eventualmente, eles são convidados a descrever com detalhes suas ocupações num dia especial.”²⁰

No quadro da luta contra a Aids e das numerosas pesquisas que essa epidemia suscita, alguns pesquisadores de ciências sociais recorreram por vezes a essa “confissão científica”. Nesse caso, como no dos sobreviventes dos campos de concentração,²¹ intervém um outro fator, que é a pressão social ou, mais exatamente, o interesse coletivo. Trata-se em suma, nesses casos, de “confissões obrigadas sob pressão externa”²² em que a autobiografia responde não mais unicamente à injunção de ordem científica, mas a uma demanda coletiva que emana da comunidade de pertencimento. No caso da Aids, essa pressão externa é acompanhada de um sentimento de urgência. É esse o caso notadamente dos trabalhos do britânico Anthony Coxon sobre os comportamentos sexuais dos gays.²³

Coxon pede a um certo número de homossexuais para escrever sistematicamente o seu diário sexual (*sexual diary*) e para lhe dar regularmente esses diários para ler, a fim de estabelecer quais são os momentos nas sexualidades desses homens em que eles correm o risco de ser contaminados pelo vírus HIV. Segundo Coxon, o método do diário sexual é o mais “natural” de todos, já que o fato de ter um diário é uma prática social corriqueira e que o nível de linguagem utilizado pelo diarista é dos mais comuns. Se o método do diário apresenta inconvenientes que residem sobretudo na seleção da amostra de diaristas, a qual tende a se limitar a jovens homossexuais cultos, com um alto nível de estudos, motivados pelo projeto e com boa inserção social, ele tem, em compensação, a vantagem de oferecer uma narrativa detalhada dos fatos e de minimizar a margem de erro. As informações recolhidas são, além disso, sempre contextualizadas e podem se referir a aspectos paralelos (consumo de álcool ou de drogas).²⁴ Para facilitar o tratamento dos dados, Coxon entrega um diário virgem a cada diarista toda semana, um formulário no qual figura a instrução: “Não esquecer que em cada entrada a narrativa de uma relação sexual deve: 1) mencionar o momento, o lugar, o nome do parceiro; 2) ser escrita com as suas próprias palavras; 3) descrever as circunstâncias exatas da ejaculação (se houve) e sempre mencionar se foi usado ou não um preservativo; 4) indicar os ‘acessórios’ utilizados (*poppers*, lubrificantes, droga ou *sex toys*).” No banco de dados que Coxon constitui todas essas informações são registradas e em seguida comparadas.

Como tentei mostrar aqui, o dever de arquivar as nossas vidas é onipresente na nossa sociedade. Quer seja na vida diária, no espaço social (por exemplo na escola) ou na esfera familiar, ou ainda no quadro de práticas científicas ou comunitárias, devemos nos entregar com frequência a esse exercício.

Mas como procedemos, na prática, para organizar as nossas vidas? Como nos entendemos com as nossas existências? Como fazemos para arquivar as nossas vidas?

O arquivamento do eu

Para explorar as práticas de arquivamento do eu, escolhi analisar detalhadamente um caso extremo: o de um criminoso chamado Nougier que foi preso no fim do século XIX e começou a arquivar sua vida, de início espontaneamente, depois, a pedido de um médico.

Proponho-lhes, portanto, nesta segunda parte, um mergulho nos arquivos pessoais de Émile Nougier, jovem *apache*²⁵ acusado do assassinato coletivo de uma dona de cabaré, um mergulho nos papéis singulares de um indivíduo comum que foi instado por um médico a arquivar a sua vida durante

o seu encarceramento no presídio Saint-Paul de Lyon. Entremos agora no ateliê de escrita desse homem.

Os arquivos pessoais de Nouguiet estão hoje conservados no acervo antigo da Biblioteca Municipal de Lyon.²⁶ Eles cobrem mais de 800 páginas.

Esse *corpus* compreende dois conjuntos distintos:

1. um diário pessoal. Trata-se de um manuscrito de 21 cadernos (3 de fevereiro de 1899 a 8 de março de 1900) que se intitula “Mémoires d’un détenu. Journal de l’emploi du temps” (“Memórias de um detento. Diário da ocupação do tempo”). Esse diário comporta 265 entradas; em quatro delas, Nouguiet inseriu um relato autobiográfico:

– 11 de fevereiro de 1899: “Ma vie en général” (“Minha vida em geral”);

– 14 & 15 de maio de 1899: “Mes erreurs et mes fautes” (“Meus erros e minhas faltas”);

– 2 de julho de 1899: “Ma vie au point de vue psychologique” (“Minha vida do ponto de vista psicológico”);

– 14 de outubro de 1899: “Supplément aux souvenirs” (“Suplemento às lembranças”).

2. um relato autobiográfico. Esse texto, redigido em seis cadernos durante o verão de 1899, traz o título “Les souvenirs d’un moineau ou les confidences d’un prisonnier” (“As lembranças de um pardal ou as confidências de um prisioneiro”) e comporta nove capítulos (um longo preâmbulo e oito confidências).

Os manuscritos desses dois conjuntos têm um aspecto bem diferente; o do diário é rasurado e às vezes comporta acréscimos na margem. Acontece também de o diarista, tendo pulado uma página por engano, utilizá-la depois e desorganizar a ordem cronológica; desenhos, contas e rascunhos de correspondências se misturam por vezes às entradas, a capa serve eventualmente de suporte para a escrita. A ocupação da página é em geral compacta, não favorecendo a leitura; o tamanho das letras e a densidade das palavras na página variam segundo os cadernos. São exceções as páginas da entrada de 14 de outubro de 1899, que contêm o “Suplemento às lembranças”.

O manuscrito das “Lembranças” está ao contrário coberto com uma letra regular; o autor fez um esforço evidente de paginação, apropriando-se notadamente dos sinais tradicionais dos livros (notas de pé de página, título, capítulo, parágrafo). O manuscrito não apresenta nenhuma rasura. É perfeitamente legível. Nesse ponto, está muito próximo de uma peça anexa dos arquivos de

Nouguier, um dicionário de gíria precedido de uma nota, compilado durante o mesmo período.

Se os manuscritos do diário e das “Lembranças” são a tal ponto diferentes, é porque a função desses dois conjuntos de arquivos de vida é diferente. Se Nouguier tomou um cuidado particular com o manuscrito das “Lembranças” e com o seu “Suplemento”, é porque muito provavelmente queria que apenas o segundo conjunto fosse conservado; o diário e as três histórias de vida são de certa maneira o rascunho da sua última autobiografia. Uma leitura atenta desses dois conjuntos de arquivos pessoais esclarece as etapas da constituição desses arquivos do eu.

É em 3 de fevereiro de 1899 que Nouguier começa o seu diário. Émile Nouguier está na prisão de Saint-Paul há algumas semanas. Foi preso com Gaumet, um outro rapaz, durante a investigação sobre o caso de la Villette: em dezembro de 1898, uma velha foi selvagemmente assassinada por um bando de *apaches* que tinham com ela uma dívida de bebida. Havia fortes suspeitas de que Nouguier fosse o iniciador e o principal autor do crime.

Nesse início do mês de fevereiro, sozinho na sua cela, Nouguier se entedia; decide escrever o seu diário de prisão e obtém na cantina um pequeno caderno escolar.

10 horas, acabo de receber este caderno que daqui em diante vai servir para anotar as minhas impressões e descrever como eu passo o tempo e vai servir também para espantar o tédio que vem me dominar. [...] Estas poucas páginas vão ter assim o objetivo de ocupar o meu espírito para que ele não possa vagar por outros lugares. [...] Me recomendaram também não destruir o presente caderno e não perder as folhas dele. É uma prova, pelo menos penso assim, de que se interessam pelo que eu posso escrever ou pelo menos pelo que eu vou querer mostrar dos meus pensamentos, das minhas impressões e da minha existência em geral. Vou levar em conta essa recomendação não só por obediência mas também porque estas linhas que batizei com o título pomposo de diário também vão poder me distrair quando mais tarde eu quiser relê-las.

Ao meio-dia desse mesmo dia, ele relê as primeiras linhas do seu diário e comenta a sua prática precisando as suas intenções:

Sinto hoje em dia não ter me aplicado mais; no tempo em que eu ainda ia à escola, eu sabia escrever um pouco melhor. Mas como é só para mim que eu escrevo eu acho que vou poder me entender com facilidade. Eu também não estou interessado em criticar o meu

estilo, pois para mim basta saber que ele é medíocre. Aliás eu nunca tive a pretensão de escrever direito e nem quero procurar me corrigir.

Nouguier escreverá esse diário de modo mais ou menos regular até a sua execução, em fevereiro de 1900. Escreve todos os dias da semana, com uma preferência pela quinta-feira e o domingo. Se, de início, ele se dedica ao diário várias vezes ao dia (de manhã, ao meio-dia e à noite), a partir do mês de maio só escreve no fim da tarde. Sua atividade de diarista passa além disso por três fases. Durante os cinco primeiros meses, Nouguier escreve o diário com muita regularidade, em média uma página e meia seis dias por semana. Nos dois meses seguintes, ele atravessa uma crise na sua prática de diarista e não escreve mais que uma vez por semana em média. Na realidade, acontece de ele interromper a escrita por períodos que vão de uma a três semanas. Mas quando escreve, o faz longamente, em média dez páginas por entrada. Enfim, nos últimos meses, Nouguier retoma de maneira mais regular a sua prática, escrevendo em média três vezes por semana cerca de cinco páginas.

É em 11 de fevereiro de 1899 que Nouguier redige em seu diário a sua primeira autobiografia, que ele intitula “Primeiro capítulo da minha vida: minha existência em geral”. Suas intenções são claras:

Não tendo absolutamente nada com o que me ocupar, vou reconstituir aqui a minha vida usando os acontecimentos que ainda estão presentes na minha memória. Certamente esta história não vai ser tão completa como se poderia desejar; pois eu só estou interessado aqui em reproduzir a minha vida do ponto de vista geral. Certamente eu vou omitir as ações que por degraus sucessivos me levaram a ser apresentado à justiça e a sofrer as suas leis. Acho que é só agora que este diário vai ter direito ao título de Memórias, pois eu acho que essa palavra compreende principalmente os acontecimentos passados. Além disso, mais tarde eu vou completar a história que eu vou contar com uma exposição tanto quanto possível exata das ações de que eu puder me lembrar e que são chamadas de más. Não vou falar aqui portanto das minhas diferentes condenações. É fácil perceber que esta história não será completa e que enquanto eu não escrever a continuação para completá-la, ela vai ter muito pouco interesse.

Segue esse preâmbulo uma primeira história da sua vida, que ele conclui com estas linhas particularmente esclarecedoras sobre as dificuldades que encontra em seu projeto:

Eu tenho certeza de que se eu relesse o que acabou de ser dito sobre a minha vida passada eu ia encontrar na minha memória

muitas coisas para acrescentar. Mas eu acho que só há uma coisa importante que eu omiti de propósito, para revelar no segundo capítulo. Eu ia encontrar certamente muitos erros, seja de ortografia, seja na minha maneira de escrever que não é muito clara nem muito precisa. Eu hoje lamento não ter conservado aquela facilidade de exprimir os meus pensamentos que eu tinha em tão alto grau no meu tempo de escola. Eu sinto que as minhas frases são pesadas e muitas vezes vagas, primeiro porque elas são muito compridas e não são tão claras como se poderia desejar. E depois eu escrevo muito depressa e sem refletir, o que faz com que muitas vezes eu acabe embrulhado no meio de uma frase e seja obrigado a terminar de qualquer maneira e muitas vezes em prejuízo da frase. Mas eu acho que como é para mim que eu escrevo, a minha linguagem pode me bastar, pois eu espero poder me entender e perceber perfeitamente o que eu quis exprimir.

Em 6 de março de 1899, Nougquier relê “Minha existência em geral” e faz vários acréscimos na margem.

Não sabendo o que ler, percorri alguns trechos destas Memórias com a caneta na mão acrescentando aqui e ali alguns fatos que me voltam à memória. Mas me falta lugar na margem para completar o esboço que eu fiz da minha existência e eu posso perceber o quanto esse esboço é incompleto.

A partir dessa data, por mais que ele se negue, as intenções de Nougquier e a vocação do seu diário mudam; a hipótese de uma leitura externa dos cadernos e de redação de uma obra de maior amplitude começa a fazer seu caminho.

Quanto mais eu refaço a minha existência na memória, mais eu vejo como ela foi movimentada, e com certeza ela poderia servir de base para um romance verídico que não seria dos menos interessantes. Infelizmente eu não possuo as faculdades necessárias para querer tentar redigir a minha vida a fim de que ela seja lida por outros que não eu. Eu não escrevi a não ser para mim e não vou escrever a não ser para mim. Embora talvez fosse um exemplo salutar para muitos se dar conta de onde a preguiça, as más inclinações e a libertinagem podem levar.

No início do mês de abril, a recusa em escrever para um leitor vai ser em grande parte vencida pela chegada de uma visita. Em 2 de abril de 1899, Nougquier registra no seu diário que recebeu na véspera a visita do diretor da prisão acompanhado pelo professor de medicina legal Alexandre Lacassagne. O acontecimento seria anódino se esse médico não tivesse pedido a Nougquier autori-

zação para ler regularmente o seu diário. Esse pedido, a que o detento acede, será decisivo para a prática de arquivamento de Nougier.

Seria ingratidão da minha parte, então concordei com o desejo dele, embora eu tenha muito medo de que isso não consiga interessá-lo e de que ele venha a ter apenas uma impressão bastante medíocre desses infelizes cadernos e deste infeliz ainda maior que os escreve para se distrair.

Em 14 & 15 de maio de 1899, Nougier redige dois dias seguidos no diário o segundo capítulo da sua vida, intitulado “Meus erros e minhas faltas”. Esse texto é uma longa enumeração dos diferentes roubos e agressões que cometeu. Nougier indica em cada caso a data, o lugar do delito, o nome dos seus cúmplices e das suas vítimas, assim como o butim. Lacassagne não parece ter influído muito na redação desse texto.

Em 2 de julho de 1899, Nougier recebe uma nova visita de Lacassagne. Nesse dia, pela primeira vez o médico lhe dá instruções de redação, sugerindo-lhe escrever sua vida do ponto de vista moral. O jovem *apache* se põe imediatamente a trabalhar e escreve no correr do dia um texto autobiográfico segundo essa perspectiva. Ao final desse esboço, ele se espanta com a pressa e a facilidade com que respondeu ao pedido de Lacassagne.

Ao pegar a pena eu só tinha a intenção de dizer que eu tinha recebido a visita do Dr. Lacassagne e de lhe agradecer mais uma vez a sua bondade pelos 2 fr. que ele me deixou. E eis que a minha pena seguiu o meu espírito pelos meandros da minha existência sem perceber o que ela estava fazendo. O que eu escrevi desde que estou com a pena na mão? À primeira vista, para mim seria muito difícil dizer. Eu teria que reler o que acabei de escrever ou então procurar na minha memória quais foram os pensamentos que atravessaram o meu cérebro estreito desde que eu peguei a pena. As idéias se sucedem e a minha pena dócil as decalca no papel à medida que elas passam diante dos meus olhos. É o trabalho da máquina, da máquina por excelência, da máquina humana. É também uma felicidade e um alívio para mim poder reproduzir as minhas idéias e seguir o meu espírito em todo lugar para onde ele vai, sem dificuldade e sem esforço aparentes, com um movimento contínuo e monótono, sem interrupção, sem hesitação, a não ser quando um barulho qualquer me faz desviar a vista do meu caderno e me faz pensar em outra coisa; então, como a minha pena não participa da interrupção momentânea do fio das minhas idéias, sou obrigado a riscar o que ela traçou.

Temendo a reação do seu leitor, Nougquier esclarece que aquelas páginas constituem apenas um esboço canhestro e que seria preciso retrabalhá-las:

Acho que o que eu acabo de fazer é apenas um esboço ruim e que eu preciso refletir mais para cumprir a tarefa que o dr. Lacassagne por assim dizer me impôs pela sua bondade, e que sem hesitação eu ficaria feliz de executar para agradá-lo.

Em 23 de julho de 1899, Nougquier recebe uma nova visita de Lacassagne, que se declara satisfeito com o trabalho realizado e o encoraja a desenvolver o esboço de 2 de julho. Bruscamente, o dispositivo é armado. Nougquier é posto contra a parede. Até então, o pedido de Lacassagne não tinha exigido um trabalho duro; agora, é preciso não decepcionar a expectativa do médico, e Nougquier tem perfeita consciência das dificuldades do exercício:

Refleti esses dias sobre o meu passado e tentei me lembrar das evoluções sucessivas que se produziram em mim, que me levaram a cometer os numerosos roubos de que todos sabem, sem contar os que ninguém conhece. Uma coisa me preocupa e para resumir em poucas palavras, eu não sei como começar. Sim eu estou bastante atrapalhado com isso e não sei como fazer, mas eu me digo que esse obstáculo também atrapalhou outros além de mim que nem por isso deixaram de chegar ao objetivo que se propuseram. Superemos portanto o obstáculo, pois é inútil tentar evitá-lo, e depois eu acho que a coisa vai andar por si. Eu poderia muito bem ter feito anotações, ter feito um plano qualquer, mas eu não gosto de me embrulhar numa quantidade de papéis na qual eu correria o risco de não me reconhecer e eu prefiro fazer o trabalho de um só fôlego, embora eu vá ter que prestar muita atenção para não me afastar do caminho traçado e me fechar num labirinto inextricável e assim fazer um trabalho incompreensível. Eu sinto o quanto é difícil a tarefa que vou realizar e como os meus conhecimentos são inferiores àqueles que me seriam necessários para chegar ao meu objetivo, mas vou fazer o possível para fazer uma coisa direita e também completa, tanto quanto a minha memória permitir.

A partir dessa data, a escrita da autobiografia e a redação do diário se vão sobrepor. Em 27 de julho de 1899, Nougquier começa o nono caderno do diário e inicia paralelamente a redação do seu quarto texto autobiográfico. A redação de uma tal obra começa para Nougquier pela escolha do título:

Agora para concluir eu acho que qualquer pessoa que decide escrever uma obra qualquer deve começar por lhe dar um título apropriado às circunstâncias, sobretudo quando a pessoa pretende escre-

ver tomando como base os fatos como eles são, e procurando as suas causas sem se afastar da realidade. Esse título deve envolver ou antes compreender nele todas as frases que ele antecede e nada mais; eu também estou bastante atrapalhado neste ponto. Vários me vieram à cabeça mas assim como aparecem eles desaparecem. São eles: 1º A aurora e a escuridão. Esse me serviria pois da aurora eu passei para a escuridão da vida sem ver o dia, mas eu acho que deve haver outros melhores. 2º Dos progressos do vício numa alma sem guia mas não, não fica bem, e no entanto eu acho que esse não seria mau. 3º Erros, faltas e castigos, mas não, também não serve. Na verdade eu acho que não vou encontrar, mas vejamos mais um 4º Das conseqüências do mau comportamento na minha vida.

Nouguier decide finalmente intitular essa autobiografia “As lembranças de um pardal ou as confidências de um prisioneiro”.

Em 31 de julho de 1899, Nouguier entrega a Lacassagne o primeiro caderno das suas “Lembranças”; ele escreve no diário:

Trabalhei esses três últimos dias nas minhas Lembranças de um pardal. Isso exige muita reflexão, senão a exposição da minha vida ficaria bastante incompleta. Achei também que o tempo que eu vou gastar refletindo poderia muito bem ser usado para fazer contas [de colar], sobretudo porque eu preciso trabalhar, pois o pecúlio encurtou consideravelmente, e depois é um trabalho que não vai prejudicar as minhas reflexões.

Em 5 de agosto, Nouguier explicita as suas dificuldades e comenta o seu estilo:

Trabalhei esses últimos dias nas minhas contas e nas minhas “confidências”. Estas últimas não avançam rápido e no entanto eu tenho medo de ainda assim ir rápido demais. Eu tenho que repassar diante dos meus olhos os menores incidentes da minha vida a fim de tirar deles os materiais necessários, a fim de reconstituir os sentimentos que me animavam nas diferentes épocas e de tirar deles as conseqüências. É principalmente sobre a minha juventude que eu preciso refletir mais pois eu esqueci muita coisa e me acontece de confundir os acontecimentos. Eu preciso lembrar esses acontecimentos tanto quanto possível, procurar as suas causas e conseqüências. Eu acho que M. Lacassagne não vai brigar comigo por eu ter trabalhado devagar, por eu ter sentido um pouco o terreno, pois com isso o trabalho só vai ficar mais completo.

Em 10 do mesmo mês, a redação parece marcar passo. As condições da detenção (a necessidade de selecionar contas para melhorar o seu cotidiano) impedem Nougquier de se dedicar totalmente à escrita:

Trabalho não falta por isso eu trabalhei nas contas esses dois últimos dias e ao mesmo tempo escrevi um pouco. Estou bastante indeciso quanto a algumas épocas da minha juventude e então preciso refletir muito para me lembrar dos fatos que aconteceram nessas épocas. O que significa que as minhas “Lembranças de um pardal” caminham muito lentamente. Eu gostaria de ir mais rápido e no entanto não posso.

Em 15 de agosto, tendo conseguido terminar dois novos cadernos das “Lembranças” (o segundo e o terceiro cadernos), Nougquier os entrega a Lacassagne. Segue-se um período de grande preguiça durante o qual Nougquier escreve pouco.

No dia 23, o rapaz parece ter chegado ao fundo do poço, o seu moral está lá embaixo e escrever as “Lembranças” é um peso.

Há quase duas semanas que o meu diário está esquecido. Por que motivo? É que eu quase não tenho mais prazer em escrever. Já escrevi tanto que estou praticamente enjoado. [...] A minha mão está como que dormente e eu sinto dificuldade de fazer a pena correr sobre o papel. Nesses últimos 13 dias, o que foi que eu fiz? Nada ou quase nada, pois não se pode contar como prova de atividade os 4 quilos de contas que apesar da sua má qualidade teriam podido ser enfiadas em 3 ou 4 dias no máximo. [...] Faz oito dias que eu não mexo nas minhas “Lembranças de um pardal”. Eu sinto que não estou em boa disposição para continuar. Eu tento refletir mas é em vão. Eu não consigo raciocinar normalmente. As minhas idéias não têm continuidade. Eu passo de uma época para outra sem transição. Eu sinto que só faria um trabalho pífio e prefiro esperar ficar mais bem disposto para continuar. [...] Escrever, eu quase não sinto disposição para isso, como já disse. Eu achava que quando começasse tomaria gosto, mas não, eu escrevo sem prazer, mais por obrigação.

No entanto Nougquier se obstina e se recusa a abandonar seu empreendimento:

Eu vou tentar apesar de tudo refletir um pouco para continuar a escrever as minhas Lembranças de um pardal pois não devemos nos entregar completamente ao ócio, que não traz nada de bom. E depois é preciso também pensar no M. Lacassagne. É para ele que eu escrevo logo devo fazê-lo com toda a boa vontade possível.

Não funcionará, e em 26 de agosto, desesperado, perdido, Nougquier arrisca tudo ou nada tentando desastrosamente fugir; fracassa, se fere e não deseja senão uma coisa: morrer. A redação das “Lembranças” é suspensa.

Em 14 de setembro de 1899, ainda acamado, Nougquier retoma o seu diário após três semanas de interrupção e termina a redação das “Lembranças”.

Em 14 de outubro de 1899, Nougquier inicia o 13º caderno do seu diário. Será nesse caderno que ele escreverá, a pedido de Lacassagne, um “Suplemento às lembranças”.

M. Lacassagne me disse também que eu não tinha me estendido o bastante, que eu não tinha desenvolvido o bastante as minhas impressões no momento de cometer um roubo. Eu reconheço que não; com efeito eu disse apenas pouca coisa sobre esse assunto, mas é bastante difícil descrever as impressões sentidas vários anos atrás. Acho que encontrei um meio de remediar a descrição incompleta que eu fiz. É contar alguns dos roubos que me impressionaram mais e que por conseguinte ficaram mais profundamente gravados na minha memória. Refleti um pouco sobre esse assunto, e apesar dos anos passados, posso dizer que nada me escapou; ainda tenho diante dos olhos os menores detalhes. Parece que foi ontem que esses roubos foram cometidos, o que é que eu estou dizendo, parece que eu os estou cometendo agora. Dessa maneira, eu ficaria certo de não ter esquecido nada, e teria a satisfação de ter completado a minha tarefa. Eu vou portanto refletir um pouco mais, vou anotar os roubos que me impressionaram mais, depois vou fazer uma triagem deles, para não ser obrigado a repetir muitas vezes a mesma coisa, o que tornaria a minha história maçante.

Com essa entrada do dia 14 de outubro se encerra o empreendimento autobiográfico do jovem *apache*; quanto ao diário, Nougquier o escreverá até a véspera da sua execução.

Na história aqui reconstituída dos arquivos pessoais de Nougquier podemos ver, parece-me que de maneira notável, ao mesmo tempo as dificuldades de uma prática de arquivamento do eu e as questões nela implicadas. Eu gostaria agora, mais rapidamente, de identificar as modificações que o redator faz no arquivamento da sua vida, de analisar o exercício da reescrita a que ele se entrega e de assinalar que aspectos da sua vida ele oculta ou ao contrário valoriza.

No seu primeiro relato autobiográfico, Nougquier escreve espontaneamente a história da sua vida na primeira pessoa do singular, sem usar nenhum artifício narrativo. O relato está em estado bruto. Isso não acontece mais com as “Lembranças”; para contar sua vida a Lacassagne, o rapaz escolhe se colocar em cena num diálogo imaginário com um passarinho. Nesse dispositivo,

o passarinho não é apenas a metáfora animal de Nougier, ele encarna também a figura do médico. É com efeito o passarinho que orchestra e comenta as confidências do prisioneiro. Por meio desse diálogo, o autor reproduz as condições do exame médico-legal, aquele cara a cara ora ruidoso, ora silencioso do criminoso com o médico. A presença do pardal permite a confissão, o pássaro é ao mesmo tempo o confidente e o observador. À maneira de Lacassagne, ele realça as condições da enunciação da confissão; em suma, o pássaro é a sombra do leitor. E o recurso ao personagem do pardal permite a Nougier a confissão colocando ao mesmo tempo essa confissão numa distância crítica que restitui a sua dificuldade e a sua fragilidade. Um traço comum às práticas de arquivamento é com efeito um desejo de *tomar distância em relação a si próprio*.

É notável também a neutralização da primeira pessoa nessa escrita sob controle. Com efeito, o pedido de Lacassagne induz com frequência na escrita de Nougier uma passagem do *je* (o eu) ao *on* (o pronome indefinido); esse uso do pronome neutro tende a dar às declarações de Nougier um valor que não é mais o do depoimento individual, e sim o de uma constatação geral transmutável. Ao passar assim de um discurso pessoal, de um depoimento, para uma declaração generalizante, a intenção de Nougier é a da exemplaridade da sua história. Sem emitir um discurso propriamente científico (como o fará no seu dicionário de gíria), ele tende a querer estender o seu caso pessoal ao conjunto dos delinquentes, a escrever a autobiografia do criminoso. Este é um segundo traço comum dessas práticas: arquivar a própria vida é querer *testemunhar*.

Essa neutralização do eu autobiográfico participa também de uma espécie de diálogo que o narrador estabelece com o leitor. Já que essa autobiografia é destinada a um leitor específico, Nougier, quando se desespera, sem se dirigir diretamente ao seu leitor, e sim ao pardal, abre longos parênteses em que deblatera contra a justiça humana. O tom da autobiografia muda radicalmente; assim, no meio da quinta confidência (cuja redação, é bom lembrar, foi contemporânea da depressão de Nougier), ao recordar uma das suas numerosas condenações, ele se entrega a uma violenta diatribe contra a prisão. Se o discurso no começo está no passado, rapidamente Nougier adota o presente para denunciar as injustiças e as desigualdades e as exclusões de que a sociedade é palco. Não se trata mais de um relato retrospectivo, mas de uma interpelação direta e violenta ao leitor. Trata-se de *se insurgir*. Essa função é comum a muitos arquivos de vida.

Nas suas “Lembranças”, Nougier opera igualmente uma reorganização interna dos acontecimentos que pontuam sua vida. Trata-se de construir um destino para si mesmo, e de *mostrar a perfeita coerência da própria existência* em vista dos episódios que a compõem. Enquanto em “Minha vida em geral” Nougier tinha seguido, quando a memória lhe permitia, uma ordem cronológica, nas “Lembranças” ele faz uma verdadeira reconstrução da cronologia. Assim, de

maneira muito significativa, a primeira confidência de Émile não tem a forma do relato de um acontecimento, mas a de um auto-retrato. É como se, desejoso de inscrever seu relato numa forma fixa, a de um retrato de criança pouco lisonjeiro, Émile quisesse dizer desde as primeiras páginas ao leitor que o seu crime se explicava antes de tudo por uma tendência inata da sua personalidade para o mal. O resto do relato parece desse ponto de vista ser a simples repetição dos seus anos da primeira infância. Criança, ele era guloso, mais inclinado ao prazer do que aos estudos, sujeito aos castigos sádicos do pai; adulto, torna-se ladrão, preguiçoso, jogador, devasso, desafia as leis da sociedade e sofre os castigos que ela lhe inflige. Para Émile, como ele escreve no final da sua oitava confidência: “Estava escrito o que é: o que deve ser o será.”

Émile não pára nesse primeiro auto-retrato. Nas confidências seguintes, ele conta como, após a morte da mãe, se vê só com o pai que o incita a roubar, como, mandado para o campo para se afastar das más companhias, encontra Deus. Trazido de volta a Lyon, ele descobre a relação incestuosa que seu pai mantém com sua irmã mais velha, entrega-se a diversos atos ilícitos com seus companheiros e, não podendo suportar as recriminações e o novo casamento do pai, o jovem Émile foge para a casa da avó, a quem rouba e espanca. Expulso, ele volta a Lyon onde, junto com outros delinquentes, comete pequenos delitos. Aproveitando-se de uma ausência temporária do pai, tem uma relação com a madastra e depois freqüenta cada vez menos a casa da família, preferindo vagar por Lyon com outros meninos. O rapazola de cerca de 12 anos deixa Lyon e vai para Paris. No caminho, trabalha numa fazenda do Loiret e se apaixona pela filha do patrão, mas consciente de que não pode oficializar o seu amor em virtude da sua condição, cheio de ressentimento em relação aos ricos, chega a Paris e adota o ofício de ladrão. Após vários encontros, se inicia nas teses anarquistas e, de volta a Lyon, prossegue em sua carreira de ladrão, mantendo ao mesmo tempo relações estreitas com os meios libertários da cidade. É condenado pela primeira vez em outubro de 1893 por roubo. Após ser libertado, conhece a miséria e só sobrevive graças às numerosas agressões noturnas que comete; depois se associa a um dos seus colegas. O roubo o leva então a Annecy e novamente a Paris onde, tendo-se separado de seu cúmplice, Émile se converte às idéias socialistas. De volta a Lyon, é preso por roubo e cumpre uma segunda pena na cadeia, durante a qual faz uma tentativa de suicídio. Libertado, por um certo período freqüenta apenas os seus amigos ladrões e depois entra para um circo com o qual percorre toda a França. Apaixonado pela jovem amazona, Émile deixa o circo e leva uma vida nômade com a moça, até abandoná-la para voltar a Lyon, onde forma um bando de ladrões cujo comando assume, ao mesmo tempo em que se torna cafetão. Depois de cumprir nova pena na prisão, volta à casa paterna e se reconcilia com o pai, cuja mulher foi embora e cuja filha mais velha morreu. Mas após numerosas brigas,

Émile decide deixar definitivamente o pai e se torna operário numa empreiteira itinerante. A partir dessa data (1896 ?) e até sua prisão no fim do ano de 1898 pelo crime de la Villette, ele forma diferentes bandos que roubam para ele em toda a área de Lyon; é condenado mais de cinco vezes por roubo e formação de quadrilha.

Esse novo relato autobiográfico em forma de *destino* é assim marcado pela recorrência da figura do pai; nas “Lembranças”, a relação com o pai se torna absolutamente central; é ela que organiza e pontua o relato das confidências; enquanto no texto de fevereiro essa figura era secundária, ela aparece aqui como indissociável dos descaminhos do rapaz: é o pai que lhe inflige sevícias, que o inicia no roubo, que, pela relação incestuosa que mantém com a filha, provoca o dilaceramento da família, que o leva à miséria e lhe impõe uma vida de ladrão.

Essa nova montagem dos acontecimentos é acompanhada de uma *super-valorização* dos crimes de que Nouguiet teria sido autor. O redator dá mais relevo ao seu relato, calca mais o traço; Nouguiet acumula no seu discurso o conjunto das representações do delinqüente naquele fim de século: ele não é apenas ladrão, mas cafetão, falsário, *apache*, anarquista etc. Esse enegrecimento da personalidade de Nouguiet evidencia a sua estratégia de escrita. Ele decidiu construir para si uma lenda negra por meio de uma hábil montagem dos episódios da sua existência, mantendo o suspense com o auxílio de interrupções, mas também por meio da reescrita do próprio relato de alguns acontecimentos. Sob esse ponto de vista, a supressão do relato do nascimento, assim como a valorização do episódio bucólico são exemplares.

“Minha vida em geral” começava por um relato de nascimento clássico:

Eu começo portanto pelo meu nascimento pois não está em meu poder recuar mais. Eu nasci em Lyon (rua du Bœuf 10, acho) em 11 de janeiro de 1878 às 5 horas da tarde (era uma sexta-feira, de acordo com os meus cálculos). Não devia ser um dia favorável para os que nasciam (para mim, pelo menos, como se poderá julgar).

Nas “Lembranças”, esse relato do nascimento desaparece totalmente; ele é substituído por dois outros: de um lado, o relato do nascimento do pardal:

Dizer-lhes exatamente o dia, a hora e o lugar do meu nascimento seria difícil para mim, para não dizer impossível, e com razão. Quando eu furei a casca do ovo que me mantinha no nada, e senti o doce calor da asa da minha mãe, eu lhes garanto que eu nem estava pensando no registro civil e duvido que os meus pais estivessem pensando mais do que eu, pois eu acho que não é hábito entre nós confiar ao papel os pequenos segredos do nosso nascimento assim como os nomes que gostamos de nos dar entre nós. Quanto ao meu local de nascimento,

reunindo as minhas lembranças, era empoleirado muito no alto, e minha mãe não tinha medo que os filhos nascessem na sua ausência e isso nos roubasse ao seu amor materno.

O segundo relato, o de Nougier, participa da mesma lógica. A primeira confidência, que segue o preâmbulo, se abre assim com uma apresentação de Nougier não como um inocente filhote, mas como um mau menino. Tudo se passa como se o redator tivesse querido apagar totalmente o período da primeira infância para abrir a sua autobiografia com uma falta.

Por meio desses dois textos sucessivos, Nougier se revela de saída como um indivíduo predisposto ao mal. Seu verdadeiro nascimento não é mais no dia 11 de fevereiro de 1878, mas no dia em que ele cometeu os seus primeiros roubos. O relato permite que a pessoa se construa uma identidade.

Na seqüência das “Lembranças”, acontece o mesmo, e poderíamos multiplicar os exemplos e mostrar como Nougier *se entende com a sua vida*.

Por que lhes expus tão longamente o caso dos arquivos de Nougier? Por que essa escolha?

Primeiro, para sublinhar que arquivar a própria vida não é privilégio de homens ilustres (de escritores ou de governantes). Todo indivíduo, em algum momento da sua existência, por uma razão qualquer, se entrega a esse exercício. Na França, por exemplo, uma pessoa em dez afirma ter escrito, durante um período da vida, um diário íntimo. Uma rápida olhada no catálogo dos escritos autobiográficos depositados no acervo da APA em Ambérieu en Bugey revela também essa diversidade.²⁷ De maneira mais anedótica, recentemente, por ocasião de uma missão à Guiana Francesa para o Conselho Nacional da Aids, no âmbito de uma pesquisa sobre a prostituição nesse departamento de ultramar, chamaram-me a atenção para práticas diaristas de prostitutas do bairro de La Crique em Caiena.

Escolhi também simbolicamente os arquivos pessoais de um criminoso para insistir nos objetivos individuais de uma tal prática. O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.

Por outro lado, o caso desse criminoso oferece, graças aos documentos que foram conservados, a possibilidade de mostrar que o arquivamento do eu é uma prática plural e incessante. No seu último ano de vida, Nougier multiplica

e modifica de fato as iniciativas: ele escreve um diário e redige várias autobiografias. Pois não arquivamos nossas vidas de uma vez por todas. Incessantemente, até o último momento, nossos arquivos estão sendo refeitos. Nossa intenções mudam em função de fatores pessoais mas também externos. Os arquivos de Nougier são nesse sentido um palimpsesto. São arquivos sucessivos e de vários tipos, cada um com funções diversas. O interesse do caso de Nougier está em que a sua prisão teve como consequência a acumulação e a conservação das suas diferentes maneiras de arquivar a sua vida. O caso de Nougier permite portanto apreender a história completa da relação que ele mantém com os seus papéis e restituir o discurso que ele emite sobre a sua prática e notadamente as dificuldades que ele encontra.

Com essa escolha de uma prática de arquivamento do eu primeiro espontânea e depois sob encomenda, eu quis insinuar também no papel central do destinatário e das condições de produção do arquivo. Uma parte dos arquivos pessoais do prisioneiro era dirigida ao professor Lacassagne. Sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte.

Eu quis mostrar, por fim, que a constituição pelo indivíduo de arquivos pessoais, longe de restringir e de circunscrever, é formidavelmente produtiva. Enquanto alguns poderiam crer que essa prática participa de um processo de sujeição, ela provoca na realidade um processo notável de subjetivação. Pois, finalmente, a fim de arquivar a sua vida, Nougier inventa uma forma profundamente original, constrói para si mesmo uma identidade a partir e em torno das representações que eram feitas dele. Forçado a arquivar a sua vida, ele imaginou um discurso híbrido que resiste à interpretação. Em suma, um dispositivo de resistência.

Notas

1. G. Perec, *Espèce d'espaces*, Paris, Galilée, 1974.

2. G. Perec, *Penser/classer*, Paris, Hachette, 1989.

3. G. Perec, *L'infra-ordinaire*, Paris, Seuil, 1991.

4. M. de Certeau, *L'invention du quotidien. 1. Arts de faire*, Paris, Gallimard, p. XXXIX-XL.

5. M. de Lescure, *Les autographes et le goût des autographes en France et à l'étranger. Portraits, caractères, anecdotes, curiosités*, Paris, J. Gay Éditeur, 1965.

6. Sobre a paixão pelos autógrafos, ver A. Nicolas, *Les autographes*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1988.

7. Sobre esse ponto de vista, ver as análises dos pesquisadores de genética textual e sobretudo a síntese de A. Grésillon: A. Grésillon, *Éléments de critique génétique. Lire les manuscrits modernes*, Paris, PUF, 1994.
8. Sobre a valorização médica dos escritos pessoais, ver por exemplo as revistas de psiquiatria francesa contemporânea: *L'Encéphale*, os *Annales Médico-Psychologiques* ou *La Nouvelle Iconographie de la Salpêtrière*.
9. M. de Certeau, op. cit., p. 199.
10. D. Fabre (sous la dir. de), *Écritures ordinaires*, Paris, POL, 1993, e mais recentemente D. Fabre (sous la dir. de), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997.
11. Cl. Dardy, "De la paperasserie à l'archive: l'administration domestique", in D. Fabre, 1997, op. cit., p. 187-200.
12. A.-M. Garat, *La photographie de famille*, Paris, Seuil, fiction et cie.
13. Cf. J.-P. Albert, "Écritures domestiques", in D. Fabre, 1993, op. cit., p. 37.
14. Cf. Ph. Lejeune, *Le moi des demoiselles. Enquête sur le journal de jeune fille*, Paris, Seuil, 1993.
15. Cf. J. Peneff, *La méthode biographique*, Paris, Armand Colin, 1990.
16. Exemplar mas não único, já que um colega de Shaw realizou alguns anos depois um trabalho análogo com um ladrão de mais idade: H. Sutherland, *The professional thief*, Chicago, Chicago University Press, 1937.
17. Cf. Cl. Shaw, *The Jack Roller: a delinquent boy's own story*, Chicago, Chicago University Press, 1930.
18. Na área da história dos detalhes, podemos informar que 50 anos depois outros sociólogos descobriram sua pista e conseguiram persuadi-lo a escrever a

continuação da sua autobiografia, mas que Stanley foi muito menos consciencioso: Jon Snodgrass, *The Jack Roller at seventy*, Lexington, Lexington Books, 1982.

19. Cf. A. Calder & D. Sheridan, *Speak for yourself: a Mass-Observation anthology 1937-49*, Oxford University Press, 1986.
20. Cf. Dorothy Sheridan, "Mass-Observation: des 'capsules' de vie quotidienne", in Ph. Lejeune (sous la dir. de) *Archives autobiographiques, Cahiers de Sémiotique Textuelle* n° 20, 1991, p. 76.
21. Cf. os depoimentos das vítimas da *shoah*, notadamente os trabalhos de M. Pollak: por exemplo, "Le témoignage", in *Actes en Sciences Sociales*, n° 62/63.
22. Tomo esta expressão emprestada de A. Hahn.
23. A. Coxon publicou uma série de artigos sobre esse tema. Cf. principalmente Anthony Coxon, "Diaries and sexual behaviour: the use of sexual diaries as method and substance in researching gay men's response to HIV/AIDS", p. 125
24. Coxon, op. cit., p. 133.
25. O termo *apache* era usado para designar os jovens delinquentes do fim do século passado. Cf. as observações que D. Kalifa faz sobre o tema em D. Kalifa, *L'encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1995.
26. Mais precisamente, no fundo Lacassagne, nome do célebre criminologista lionês, contemporâneo de C. Lombroso, que doou todos os seus arquivos à cidade de Lyon no início dos anos 1920.
27. A Association pour l'Autobiographie publica três vezes por ano a revista *La Faute à Rousseau*, dedicada às práticas autobiográficas, e uma vez por ano o *Garde-Mémoire*, coletânea das notas de leitura dos textos inéditos

depositados na APA (apresentação cronológica segundo a data de nascimento dos autores; série de índices: por gêneros, ofícios, temas, nomes, lugares...).

Para informações, escrever à APA :
La Grenette, 10 rue Amédée Bonnet,
01500 Ambérieu-en-Bugey.

Palavras-chave:

autobiografia, normas sociais, escrita de si, subjetivação, arquivos pessoais.

(Recebido para publicação em novembro de 1997)